

CEDI

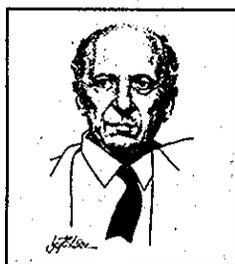
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: Política Ambiental
 Data: 26/11/93 Pg.: 3 16

RUBENS RICÚPERO

A primeira reunião do Conselho da Amazônia

O presidente Itamar Franco marcou para 3 de dezembro a primeira reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal, criado quando o Ministério do Meio Ambiente incorporou o Ministério Extraordinário para a Articulação de Ações na Amazônia Legal. Para sinalizar a sua importância, a reunião será realizada no Palácio do Planalto e aberta pelo próprio presidente, com discurso que define a sua visão sobre a Amazônia e o papel



Um país como o Brasil não pode ficar estancado à espera de desenlaces

que o governo federal pode desempenhar na promoção do desenvolvimento sustentável da região.

O presidente está convocando todos os seus ministros e convidando os governadores amazônicos a, pessoalmente, representarem seus Estados, que têm assento no conselho. A reunião estará voltada para uma análise das ações que os ministérios vêm desenvolvendo ou planejam desenvolver na região da Amazônia Legal. O conselho procurará estabelecer mecanismos de coordenação entre as diversas agências e órgãos federais que atuam na região, identificar problemas que estejam ocorrendo, definir áreas em que é possível uma articulação imediata e reunir elementos para uma política federal integrada para a região.

A primeira pergunta que pode vir à mente, no momento de dificuldades que vive o Brasil, é como justificar que o governo federal em peso, no seu mais alto nível, se dedique por umas horas a falar sobre a Amazônia. A resposta é bastante óbvia em suas várias dimensões. Um país da magnitude e complexidade do

Brasil não pode ficar estancado à espera de desenlaces, especialmente porque os desenlaces que se esperam, tanto na CPI quanto no próprio processo de revisão constitucional, constituem passos fundamentais, mas não finais, para as soluções que o Brasil procura. Porque, afinal, o Brasil que estamos construindo se faz no dia-a-dia, num caminho que vai sendo aberto pelo próprio caminhar.

Em minhas viagens pelo Brasil para ver de

perto os problemas que afetam a área, tenho-me impressionado com a vitalidade do País, tanto na conta do crédito quanto do débito. O Brasil, e certamente a Amazônia, não constitui exceção, continua a viver, a produzir, a ter problemas e a buscar soluções, independentemente da crise econômica e, principalmente, do governo em qualquer dos seus níveis. Se o governo federal se resignasse a esperar passivamente o fim da crise, se arriscaria a perder a sua razão de ser num país onde tem importantes funções a cumprir na promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça social, da defesa da soberania, da proteção ambiental, da inserção internacional.

Reunir o conselho, já regulamentado, é, portanto, um ato de pragmatismo político e administrativo, porque as questões que orientaram a sua criação e a do próprio ministério não deixaram de existir ou pressionar apenas porque outras manchetes ocupam as primeiras e quase todas as demais páginas dos jornais.

A Amazônia é mais da metade do território brasileiro — exatamente

57% — e constitui o maior patrimônio natural que temos, o que faz do Brasil um país único. Ela é um trunfo inestimável em nossas mãos, pelo seu potencial, pelo interesse que gera, pela sua riqueza e sua diversidade. Mas ela também tem as suas realidades. Sua população, que hoje beira os 18 milhões de habitantes, enfrenta problemas sérios, conhecidos no resto do País, mas agravados pelo isolamento, pelas distâncias e pelas formas predatórias de exploração, capazes de comprometer o equilíbrio e o próprio futuro da região. Rios estão sendo irremediavelmente contaminados pelo mercúrio e assoreados pela dragagem, espécies animais e vegetais, postas em perigo e vastas extensões de terra, sendo utilizadas de forma diversa daquela para a qual têm melhor aptidão.

Nas regiões fronteiriças e por vastas extensões amazônicas, é escassa a presença do Estado, quase sempre limitada à ação das Forças Armadas. O governo federal tem duas dúzias de órgãos que atuam na região, nenhum deles de forma exclusiva, mas cada um com seus próprios pontos de vista, nem sempre automaticamente compatíveis.

Recursos internacionais estão disponíveis, mas a fragilidade institucional de alguns órgãos, a impossibilidade de oferecer contrapartida e a insuficiência de projetos e programas dificultam o acesso a eles. Cresce a pesquisa científica aplicada à Amazônia, órgãos federais realizam estudos sérios e de interesse para o planejamento político, econômico e social da região, produzem-se numerosas reuniões setoriais, mas esse conhecimento não circula com a rapidez e o alcance desejáveis para informar decisões de governo e racionalizar as ações. Por fim, o debate intelectual sobre a região vale-se ainda de visões e conceitos da década de

70 e de muita paixão ideológica. Urge introduzir e utilizar elementos de atualidade nesse debate e de agilidade na ação federal. O conselho terá papel central nessa tarefa.

Ouvi, em recente viagem à região, menções à ausência de representantes da sociedade civil organizada — organizações não-governamentais, sindicatos, meios acadêmicos, empresariado, igrejas — no conselho. A resposta é de caráter prático. Esse é um foro governamental, no qual os Estados amazônicos têm assento como forma de contribuir para os debates. Mas é um foro federal, voltado para a racionalização e articulação das ações federais na região. Como afirmei, as políticas estão descoordenadas e isso é um problema suficientemente grande para ocupar o conselho.

A participação da sociedade civil, e especialmente dos amazônicos, destinatários finais da ação governamental e seus mais autorizados juizes, é indispensável e insubstituível. O Fórum Nacional da Amazônia está reservado para essa participação. Nele, em forma permanente, os setores com interesses, conhecimento e experiência nas várias dimensões que compõem a Amazônia serão convidados a debater as políticas governamentais, a oferecer subsídios para a formulação dessas políticas e a apresentar reivindicações e pedidos de providências, num exercício de diálogo e interação. Mas, antes, é preciso fazer um balanço dessas políticas e ter claro o mapa dos recursos, opções e reivindicações com que o governo federal deve trabalhar.

Por isso, a reunião do conselho é necessária e inadiável — porque nem o Brasil deve parar, nem a Amazônia pode esperar.